

Trazendo à tona a diversidade linguística: uma introdução histórica ao estudo das línguas do mundo: resenha de *A história das línguas: uma introdução*, de Tore Janson

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2020. 292p.

Jonathas de Cerqueira Castro *

Tore Janson, pesquisador do ramo da linguística e especialista em línguas africanas, foi professor de latim e de línguas africanas na Universidade de Gotemburgo, Suécia. Sua obra *A história das línguas: uma introdução*, dividida em seis partes, proporciona uma análise detalhada de uma ampla variedade de línguas mundiais. Seus capítulos exploram os processos gerais de mudanças linguísticas por meio da análise de processos ocorridos em línguas específicas, como chinês, árabe, latim, grego, português e inglês. Utilizando uma abordagem dinâmica e interessante, o livro contextualiza as línguas dentro do panorama mais amplo das mudanças linguísticas, proporcionando ao leitor uma compreensão mais precisa de suas características únicas.

A obra também traz diversos recursos didáticos para facilitar o aprendizado, como tabelas e ilustrações. Ao término de cada seção, são apresentados tópicos para discussão do conteúdo abordado e sugestões de pesquisas. Por fim, o livro disponibiliza uma tabela cronológica com os principais marcos relacionados à história das línguas, tópicos importantes na visão deste leitor.

Na parte I, “Antes da história”, o autor analisa o uso da língua em sociedades coletoras-caçadoras, como as línguas *khoisan* e aborígenes. O pesquisador contrapõe-se ao senso comum de que as línguas nas sociedades tribais são menos complexas se comparadas às línguas atuais. Esse mito se deve ao fato de que, nas sociedades tribais, há uma limitação quanto ao léxico – pois o vocabulário é criado e adaptado para atender às necessidades de determinada sociedade. Contudo, deve-se frisar que esse entendimento parte de uma ótica linguística ocidental, e que as línguas nas culturas de coletores-caçadores podem ser tão complexas como as línguas europeias em termos de propriedades fundamentais e de capacidade de expressão. Nas palavras do autor, “elas têm todas as palavras e expressões necessárias nas sociedades, incluindo muita coisa que não se

*Graduando em Letras-Inglês (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: jdeccastro@aluno.uespi.br.

encontra nas línguas europeias” (JANSON, 2020, p. 33). Neste capítulo, o leitor compreende a importância da diversidade linguística como parte da diversidade cultural e como é crucial a preservação das línguas indígenas e minoritárias para assegurar a riqueza cultural do mundo.

Na Parte II, “A base da história”, a obra descreve o desenvolvimento da língua em sociedade, citando como as línguas se modificaram, desde as figuras cravadas em cavernas até a escrita cuneiforme e, posteriormente, a criação do sistema de escrita do Egito e da China. O autor demonstra a importância da língua escrita na organização de um Estado, sendo esta encarada como um fator preponderante para a manutenção de impérios ao longo de milênios, a exemplo de sua utilização na administração e controle de tributos. Além do arcabouço teórico, o capítulo agracia o leitor com ilustrações e tabelas, recursos importantes para o aprendizado quando falamos em línguas que utilizam de outros signos que não o alfabeto latino.

Na Parte III, “Expansões de línguas”, o autor aborda a expansão das línguas gregas, romanas e árabes sobre grandes territórios e, em certa medida, contrasta-as. Diversa dos padrões anteriores, a escrita grega inovou por ser grafada em alfabeto, não em figuras. Essa inovação levou à possibilidade de se representar não apenas o significado como também a pronúncia da língua falada. Na opinião do autor, a escrita alfabética é mais fácil de se aprender do que a escrita pictográfica, o que fez com que se tornasse acessível a um grupo maior de pessoas.

Nessa seção, o autor novamente se preocupa em rebater a ideia recorrente de que determinadas línguas são civilizadas e desenvolvidas, enquanto outras são bárbaras e primitivas. Para ele, as línguas têm igual valor, e, inclusive, muitas línguas consideradas “primitivas” sob uma visão ocidental, como as línguas indígenas, possuem elementos mais complexos do que determinadas línguas modernas, pois “muitas delas, de fato, têm sintaxe mais complexa, morfologia mais intrincada e sistemas sonoros mais difíceis do que qualquer língua europeia ‘desenvolvida’” (JANSON, 2020, p. 118). A preocupação em se ressaltar que as línguas, enquanto produção humana, possuem igual valor – assim como todos os humanos o possuem, ou deveriam possuir – é um ponto bastante importante na obra, que merece ser trabalhado em sala de aula e compartilhado no cotidiano dos linguistas. Essa visão do autor, reverberada em todo o corpo do texto, demonstra a sua preocupação em evitar o preconceito linguístico e cultural, um tópico bastante positivo na visão deste leitor.

Adiante, a obra analisa a expansão territorial do Império Romano e como ela levou ao desaparecimento de diversas línguas faladas ao longo da Europa Ocidental. Raros grupos permaneceram com suas línguas nativas, e a razão para isso foi que o Império Romano incorporou o latim no modo de vida e nas diversas instituições das sociedades dominadas. Com sua queda, o poder político e econômico que mantinha o latim estável ruiu

e, dentro de poucos séculos, a língua outrora hegemônica passou a se diversificar em vários dialetos. Entretanto, mesmo com a derrocada do Império Romano, o latim não desapareceu como língua escrita ou língua culta. Ao contrário, continuou sendo bastante influente nos campos da ciência e da religião, influência que permanece forte ainda nos dias atuais.

Uma discussão importante é se o latim atualmente pode ser considerado uma língua morta ou se continua sendo uma língua viva e presente, dada a sua forte influência em diversos campos atuais. Da leitura da obra, o leitor pode inferir que se mostra incorreto chamar o latim de língua morta, tanto porque o latim ainda possui diversas contribuições para as línguas atuais quanto porque a qualquer momento ele poderia ser retomado como língua oficial de algum país; frise-se que, até recentemente, o latim era utilizado como língua oficial da Igreja Católica para a celebração de missas e redação de documentos oficiais.

Na Parte IV, “Línguas e nações”, o autor explica quando línguas se tornam outras; isto é, quando algo é uma língua e em que ponto se torna outra. Ao longo desta seção, a obra apresenta o processo histórico de transição do latim para as línguas românicas atuais (francês, espanhol, português, italiano, entre muitas outras). Destaca-se a observação feita pelo autor de que as línguas românicas, diferentemente das anteriormente estudadas, não se originaram “espontaneamente” de um conjunto de dialetos, mas sim foram planejadas e criadas, a partir de vários dialetos falados, por um grupo de “pessoas linguisticamente sofisticadas, bem versadas em latim” (JANSON, 2020, p. 178).

Posteriormente, a obra aborda o contexto histórico de dominações, lutas e, sobretudo, interações linguísticas ocorridas na Grã-Bretanha que levaram à transformação das línguas germânicas no inglês antigo. O autor destaca que, até então, a língua do povo da grande ilha era marcada pelo uso de um alfabeto em runas – caracteres utilizados na escrita das línguas antigas dos povos germânicos e escandinavos –, baseado no latim ou no grego, cujo uso não era prático. O primeiro marco do uso do inglês escrito no alfabeto latino foi a lei de Etelberto, produzida por volta do ano 603, considerado o primeiro documento escrito em letras latinas na língua germânica da Grã-Bretanha.

A invasão da Normandia, com a imposição da sua língua sobre os dominados, fez com que, mesmo após a retomada do território pela Inglaterra nos séculos X e XI, houvesse considerável perda linguística. É que, durante o período da Guerra dos Cem Anos, muito pouco se escreveu em língua inglesa. Para piorar, o período que se sucedeu à guerra foi marcado por uma nova fragmentação do inglês em diversos dialetos locais e regionais. A razão para a variação da língua foi a mesma que resultou na variação daquelas anteriormente estudadas (incluindo o latim): a queda do poder político e econômico que a tornava hegemônica. Tanto o vocabulário quanto a gramática sofreram grandes mudanças, o que inaugurou o período do inglês médio (*Middle English*).

Concluindo a seção, o autor aborda o declínio do latim e a ascensão das línguas nacionais na Europa (inglês, francês, italiano, português, espanhol, entre outras). Cada Estado independente passou a adotar a sua língua oficial como forma de demonstrar a sua soberania. Assim, os novos países passaram a adotar suas respectivas línguas nacionais em escolas, documentos oficiais e manifestações artísticas em substituição ao latim, processo esse que se deu ao longo de séculos.

Entretanto, o fascínio pelo clássico ainda permeia o sistema de ensino atualmente. Na educação básica, muitas escolas ainda se preocupam em ensinar a língua portuguesa exclusivamente por meio dos clássicos, como se a língua fosse algo estático e não sofresse alterações ao longo do tempo. Essa abordagem pode tornar o aprendizado da língua monótono, mais distante e desinteressante para os estudantes do ensino básico, especialmente se eles não conseguem se relacionar com as obras ou com os temas abordados em sala de aula. Afinal, o contexto vivido na época das Grandes Navegações difere bastante do atual. Além disso, o ensino exclusivo de clássicos na educação básica pode limitar a diversidade de autores, o que pode contribuir para a desigualdade cultural e de gênero. O ensino da língua, portanto, deve incluir não apenas os clássicos, mas também outros tipos de textos, autores e temas, oferecendo uma visão mais ampla e diversificada da língua e da cultura.

Na Parte V, “A Europa e o mundo”, a obra trata das maiores transformações linguísticas do mundo durante os últimos quinhentos anos, com desdobramentos políticos, migrações e trocas de línguas. Inicialmente, o autor comenta o período das Grandes Navegações e do colonialismo como sendo o motor para a expansão das línguas europeias, mormente o espanhol, o português e o inglês, para o restante do globo. O autor ainda aborda como novas línguas vieram a existir nos últimos quatrocentos anos, citando como exemplo o que ocorreu com as populações escravizadas trazidas ao continente americano. Uma ressalva a ser feita é a opção do autor pelo uso do termo “escravo” para definir as populações dominadas vindas da África. Em uma obra traduzida, esse uso poderia ser revisto, porquanto as pessoas não nascem escravas, mas são colocadas nessas condições por meio de um violento processo de dominação – processo que é vastamente abordado na obra. Nesse sentido, o uso do termo “escravos” pelos editores do livro é questionável, e a sua substituição pela expressão “pessoas escravizadas” mostra-se de bom tom.

Retomando os aspectos teóricos do texto, o autor explica que as pessoas escravizadas eram traficadas de diversas regiões da África. O continente possuía uma gama de línguas distintas, divididas em inúmeros grupos pequenos, fator que dificultava a comunicação entre eles e facilitava aos colonos a sua divisão e dominação. Para tentar se comunicar nos latifúndios, as pessoas escravizadas improvisaram o uso da língua por meio da mistura das línguas faladas pelos colonos e suas línguas-mães, criando os *pidgins*. A geração seguinte desenvolveu os *pidgins*, formando as línguas crioulas.

A obra traz uma interessante discussão ao questionar, dentro dos processos de mudanças linguísticas, por que as pessoas escravizadas se preocuparam em criar uma língua própria – os *pidgins* – ao invés de aprenderem o idioma falado pelos dominadores. Para o autor, “criar uma identidade própria dentro da língua de tais senhores era impossível, além de repugnante” (JANSON, 2020, p. 257). Em vez disso, “os escravos inventaram um espaço linguístico só deles, onde podiam ao menos sentir que sua língua lhes pertencia” (p. 257). Nessa seção, o leitor pode assimilar a síntese de toda a obra e a sua mensagem principal: *A história das línguas* não versa apenas sobre dominação, mas também fala sobre identidade e pertencimento entre povos. As línguas, nesse sentido, funcionam não apenas como instrumento de comunicação, mas como uma forma de identidade e de união entre grupos distintos, que, apesar de suas diferenças, podem se unir contra seus dominadores.

Esse debate é importante por trazer ao leitor a ideia de que as línguas podem ser vistas como uma forma de afirmação de identidade e de resistência ao domínio de outras línguas ou culturas. Como exemplo, podemos citar os diversos dialetos africanos que resistiram à dominação e incorporaram-se ao português, reafirmando a identidade da cultura afro-brasileira em diversos aspectos. Assim, o leitor pode compreender que, ao manter a língua viva e utilizá-la como veículo de transmissão da sua cultura, as comunidades minoritárias podem preservar sua identidade cultural e religiosa e passá-la adiante para as gerações futuras. Essa discussão social, que infelizmente não foi abordada com a merecida profundidade, se mostra pertinente por esta se tratar de uma obra voltada à comunidade acadêmica, cabendo uma reflexão acerca das diversas formas de racismo que observamos atualmente.

Por fim, abordando o tema do desaparecimento das línguas, o autor cita que um dos fatores determinantes, além da imposição, é que muitos governos não estão interessados na manutenção das línguas minoritárias, isso porque “a grande maioria dos governos acredita que será mais vantajoso para o país se houver poucos grupos étnicos e poucas línguas” (JANSON, 2020, p. 285). No Brasil, essa temática não é muito diferente. Apesar do dever legal de proteção às culturas, línguas e costumes indígenas insculpido no artigo 231 da Constituição Federal, o governo brasileiro não tem feito o mínimo necessário para preservar as línguas e as culturas de seus povos originários. Ao revés, sobretudo a partir de 2019, mostrou-se evidente a desídia do Governo Federal com o desmonte de políticas públicas que tinham sido criadas para a manutenção dos povos e da Amazônia. Isso se deve, talvez, pelo conflito de interesses com grandes grupos econômicos que pretendem explorar a Floresta Amazônica e veem nas populações indígenas um empecilho.

Na Parte VI, “Passado recente, presente, futuro”, a obra analisa a expansão do inglês como língua estrangeira. O autor ainda descreve a influência do inglês na China e como o inglês, apesar dessa influência, não é visto como um concorrente, mas apenas uma

ferramenta para a globalização chinesa. Por fim, o autor tenta prever alguns aspectos futuros referentes às línguas escritas e faladas.

Em geral, *A História das Línguas* é um livro fascinante e informativo que fornece uma visão ampla e detalhada da história das línguas e da sua importância na sociedade. É uma leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada em línguas e na forma como elas se modificam e se desenvolvem ao longo do tempo.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2020.

Recebido em 28 de fevereiro de 2023

Aceito em 29 de maio de 2023